

## **EDITAL CVL/SUBSC Nº 157 DE 31 DE JULHO DE 2019.**

O **SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, tendo em vista a autorização constante do processo 09/901.196/2018 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1975, de 19 de outubro de 2015, torna público o **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** do **Concurso Público para provimento de cargo de Médico Veterinário, Oficial de Farmácia, Técnico de Laboratório, Técnico em Radiologia, Agente de Documentação Médica, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Serviços de Veterinária** do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **CARGO DE NÍVEL SUPERIOR:**

#### **1. MÉDICO VETERINÁRIO**

#### **SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM ZONÓSES, ARBOVIROSES E CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS**

1. Conceito e classificação das zoonoses e arboviroses, 2. Modelos epidemiológicos das principais zoonoses e arboviroses. 2.1 Esporotricose, 2.2 Febre Maculosa. 2.3 Leishmaniose Visceral Canina. 2.4 Leishmaniose Tegumentar Americana. 2.5 Leptospiroses. 2.6 Raiva. 2.7 Toxoplasmose. 2.8 Brucelose. 2.9 Psitacose. 2.10 Larva migrans visceral e cutânea. 2.11 Criptococose. 2.12 Dengue. 2.13 Zika. 2.14 Chikungunya. 2.15 Febre Amarela. 3. Doenças emergentes e reemergentes. 4. Sistema de informação e vigilância epidemiológica das principais zoonoses e arboviroses. 5. Controle populacional de cães e gatos e guarda responsável. 6. Manejo de animais peçonhentos e sinantrópicos.

#### **REFERÊNCIAS:**

ACHA, P.N. & SZIFREJ, B. Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales. OPS. 1987. 672p 18

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Vigilância de Epizootias em Primatas Não-Humanos. Brasília: MS, 2005. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vig\\_epizootias.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vig_epizootias.pdf)

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. GUIA DE VIGILÂNCIA DE EPIZOOTIAS EM PRIMATAS NÃO HUMANOS E ENTOMOLOGIA APLICADA À VIGILÂNCIA DA FEBRE AMARELA MINISTÉRIO DA SAÚDE 2ª edição - Brasília – DF 2017, disponível em : [http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/24/Guia\\_Epizootias\\_Febre\\_Amarela\\_2a\\_ed\\_atualizada\\_2017.pdf](http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/24/Guia_Epizootias_Febre_Amarela_2a_ed_atualizada_2017.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde. MANUAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE FEBRE AMARELA Brasília – 2004 – Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vigilancia\\_epid\\_febre\\_amarela.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epid_febre_amarela.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), Brasília: MS, 2002. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/svs>

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 22 - Zoonoses, Brasília: MS, 2009. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/svs>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana. 2ª edição, Atualizada. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2007. 180 p., Série A. Normas e Manuais Técnicos.

Manual Técnico do Instituto Pasteur. Controle de Populações de Animais de Estimação. São Paulo, 2000. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/manuais/manual\\_06.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/manuais/manual_06.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único. 3ª edição atualizada. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2019. 741 p. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses. Normas técnicas e operacionais. 2016. 123 p. Disponível em : [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vigilancia\\_prevencao\\_controle\\_zoonoses.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação nacional de saúde. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos . 2ª. Edição 2001. 112 p. Disponível em <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Manual-de-Diagnostico-e-Tratamento-de-Acidentes-por-Animais-Pe--onhentos.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 816 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Controle de Escorpiões. 1. ed. Brasília, DF, 2009. 72 p.

BRASIL. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.426, DE 11 DE JULHO DE 2008. Proíbe o tratamento de leishmaniose visceral canina com produtos de uso humano ou não registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em : [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1426\\_11\\_07\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1426_11_07_2008.html)

Greene CE, ed. Infectious Diseases of the Dog and Cat. 4th ed. Philadelphia: Saunders Elsevier; 2012.

Gremião IDF, Menezes RC, Schubach TMP, Figueiredo ABF, Cavalcanti MCH, Pereira AS. Feline sporotrichosis: epidemiological and clinical aspects. Med Mycol. 2015, 53:15-21. Disponível em : <https://academic.oup.com/mmy/article/53/1/15/992792>

Reis EG, Schubach TMP, Pereira SA, Silva JN, Carvalho BW, Quintana MSB, et al. Association of itraconazol and potassium iodide in the treatment of feline sporotrichosis: a prospective study. Med Mycol. 2016, 54(7):684-90. Disponível em : <https://academic.oup.com/mmy/article/54/7/684/2222582>.

### **INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

1. Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar 197, de 24 de dezembro de 2018); 2. Regulamento administrativo do Código Sanitário de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro (Decreto Rio 45.585, de 27 de dezembro de 2018 e suas alterações); 3. Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA: (Decreto Nº 5.741/30.03.2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A Lei Nº. 9.712, de 20 de novembro de 1998. Altera a Lei Nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à Defesa Agropecuária. Publicado no Diário Oficial da União de 23/11/1998, Seção 1, Página 1 e Instrução Normativa do Mapa nº 36/2011, que define os procedimentos para adesão dos entes federados ao SISBI-POA; 4. Requisitos técnicos relativos à estrutura física, às dependências e aos

equipamentos dos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal." (IN nº 05/14.02.2017/ MAPA) com alteração de seu artigo 1º. em 08 de janeiro de 2018; 5. Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal (Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 e alteração introduzida pelo Decreto nº 9.069 de 31 de maio de 2017 que regulamenta as Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989; 6. Lei 13.680 de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. 7. Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves (Portaria nº 210 de 10 de novembro de 1998) e Portaria nº 74, de 7 de maio de 2019 – Promove alterações na Portaria nº. 210 de 10 de novembro de 1998; 8. Normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos. (Portaria Nº 711, de 1º de novembro de 1995 e Portarias Nºs 155 de 17 de agosto de 2016 e Nº. 1304 de 7 de agosto de 2018, que promoveram alterações na Portaria Nº 711 de 1º de novembro de 1995; 9. Tecnologia de elaboração dos produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis (Carne, Leite, Pescados, Ovos e produtos de abelhas e seus derivados); 10.

Programas de autocontrole: Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos - BPF Boas Práticas de Higiene Princípios básicos da higienização dos estabelecimentos, incluindo os Procedimentos Padrão de Higiene Operacional – PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC; Sistemas de rastreamento e programa de recolhimento nas indústrias de alimentos; 11. Patógenos de interesse de saúde pública implicados em surtos alimentares por consumo de produtos de origem animal; 12. Doenças transmitidas por alimentos e água; 13. Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal; 14. Norma básica para o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. Instrução Normativa Nº. 42/99. Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal; 15.

Regulamento Técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue (Instrução Normativa nº 03, de 17 de janeiro de 2000); 16. Controle e monitoramento de Salmonella spp. nos estabelecimentos avícolas comerciais de frangos e perus de corte e nos estabelecimentos de abate de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução, registrados no Serviço de Inspeção Federal (Instrução

Normativa nº 20 de 21 de outubro de 2016); 17. Procedimentos de Controle da *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo (Instrução Normativa nº 09, de 08 de abril de 2009); 18.

Dispositivo legal que disciplina a distribuição e Comercialização de Carne Bovina, Suína e Bubalina. (Portaria 304/96. Distribuição e Comercialização de Carne Bovina, Suína e Bubalina. Brasília: M.A.A., 1996. Publicado no Diário Oficial da União de 23/04/1996, Seção 1); 19. Regulamento Técnico De Identidade E Qualidade De Leite Cru Refrigerado; Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado; Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado Tipo A. (Instrução normativa nº 76, de 26 de novembro de 2018); 20. Critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial. Instrução normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018; 21. Padronização dos Cortes de Carne Bovina (Portaria SIPA/MAPA N.º 5 de 08 de novembro de 1988). Regulamento Técnico para Rotulagem de Produto de Origem Animal embalado. (Instrução normativa nº 22, de 24 de novembro de 2005).

#### **REFERÊNCIAS:**

ACHA, P. N. “Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales” 2 ed. Washington, Organizacion Panamericana de la Salud.

ANDRADE, N. J. Higiene na Indústria de Alimentos. Avaliação e controle da adesão e formato de biofilmes bacterianos. São Paulo: Editora Varella., 2008. 412p.

APPCC na Qualidade e Segurança Microbiológica de Alimentos. São Paulo, Editora Varella. 1997. 377p.

AZEREDO, D. R. P. Inocuidade dos alimentos. Rio de Janeiro, Editora Atheneu. 1. Ed. 2017. 352p.

BEHMER, M. L. A. Tecnologia do Leite. 10o ed., São Paulo: Nobel, 1980. 320p.

BELOTI, V. Leite; Obtenção, Inspeção e qualidade. Editora Planta, Londrina 2015. 417p.

CASTRO, M. C. D.; PORTUGAL, J. A. B. VARELLA. APPCC na Qualidade e Segurança Microbiológica de Alimentos. Editora Varella. 1997. 377p.

CLIVER, B. O. INFANTE, G. J. Manual de Inspeção Sanitária de Carnes, 563p., 1985. GARCIA, B. M.

EVANGELISTA, Tecnologia de Alimentos. Editora Atheneu. 2 ed., 1999.

FORSYTHE, Stephen. Microbiologia da Segurança dos Alimentos. Porto Alegre. Editora Artmed. 2ª edição. 2013

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos Alimentos. Livraria Atheneu 1996. 182p.

GAVA, A. J. Tecnologia de alimentos Princípios e Aplicações. Nobel. São Paulo. 2009, 511p.

GONÇALVES, A.A. Tecnologia do Pescado. Ciência, Tecnologia, Iovação e Legislação. Editora Atheneu, 2011. 608p.

HARRIGAN, W. F. Laboratory Methods in Food Microbiology. Academic Press. 1998. 532p.

HAYES, P. R. Microbiologia e Higiene de los Alimentos. Zaragoza, Acribia, 1993. 369p.

ICMSF. Análisis de puntos críticos y sanidad de los alimentos, Acribia, 1991. LOKEN, J. K. The HACCP food safety manual. John Wiley & Sons, Inc., USA. 318p. 1995.

International Commission on Microbiological Specification For Foods. Microorganismos de los Alimentos 1. Técnicas de Análises Microbiológico. 2ª ed. Zaragoza: Acribia, 1983. 431p.

JAY, J. M. Microbiologia Moderna de los Alimentos. 3 ed. Zaragoza, Acribia, 1994. 804p.

KUAYE, A. Y. Limpeza e sanitização na indústria de alimentos. Rio de Janeiro, Editora Atheneu. 1. Ed. 2017. 323p.

LAWRIE, R. A. Ciencia de la carne. Editorial Acribia. Zaragoza. Espanha, 1977.

MATISSEK, R.; SCHNEPEL, F. M.; STEINER, G. Analisis de los Alimentos. Zaragoza: Acribia, 1998. 430p.

OCKERMANH, W.; HANSEN, C. L. Indústria de Subproductos de Origen Animal. Zaragoza, Acribia, 1994. 387p.

ORDÓÑEZ, J.A. Tecnologia de Alimentos – Alimentos de Origen Animal – vol.2, Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARDI, M. C.; SANTOS, I. F.; SOUZA, E. M.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Vol. I e II. Eduff. Niterói, RJ. 1995 e 1996.

PRICE, J. F. & SCHWEIGERT, B. S. Ciencia de la carne y de los productos cárnicos. Tradução por A. Marcos Barrado. Zaragoza, Ed. Acribia, 1991. Tradução de: Science of Meat and meat products.

SANTOS, Iacir Francisco, FUKUDA. Rubens. Patologia aplicada à inspeção de carnes :diagnóstico clinico, macroscópico, diferenciais e decisão sanitária. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2014

SILVA, JR., E. A. da. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos. São Paulo. Livraria Varela. 1995.

Toxinfecções e Controle Higiênico Sanitário de Alimentos. Zaragoza, Acribia, 1998, 376p.

TRABULSI, L. R. Microbiologia. Atheneu. 1991. 381p

VANDERZANT, C.; SPLITTSTOESSER, D. F. Compendium of Methods for the Microbiological Examination of Foods, 3 ed. Washington: American Public Health Association / APHA, 1992, 1219p. REFAI, M. K. Manual of Food Quality Control. Microbiological Analysis. Rome, FAO, 1979.

WILSON, W.G.. Inspeção Prática da carne.. São Paulo. Roca , 2009.

### **LEGISLAÇÃO:**

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância sanitária. RDC N°. 24 de 08 de junho de 2015. Aprova os critérios e procedimentos para o recolhimento de alimentos, inclusive in natura, bebidas e águas envasadas, ingredientes alimentares, matérias-primas alimentares, aditivos alimentares, coadjuvantes de tecnologia de fabricação, embalagens e outros materiais em contato com alimentos e para a comunicação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e aos consumidores. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 09 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância sanitária. RDC N°.12 de 02 de janeiro de 2001. Aprova o regulamento técnico sobre os padrões microbiológicos para alimentos. Brasília, DF , jan. 2001. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/rdc\\_12\\_2001.pdf/15ffddf6-3767-4527-bfac-740a0400829b](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/rdc_12_2001.pdf/15ffddf6-3767-4527-bfac-740a0400829b)

BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Instrução Normativa do Mapa nº 36/2011, que define os procedimentos para adesão dos entes federados ao SISBI-POA.

BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Portaria Nº 74, DE 7 DE MAIO DE 2019 – Promove alterações na Portaria nº. 210 de 10 de novembro de 1998.

BRASIL. Decreto 5741 de 30 de março de 2006. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2006. Seção I, p. 82.

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017 – dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto Nº 9.069, DE 31 DE MAIO DE 2017 – Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei Nº. 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. Publicado no Diário Oficial da União de 19/12/1950, Seção 1, Página 18.161.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei Nº. 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, e dá Outras Providências. Publicado no Diário Oficial da União de 24/11/1989, Seção 1, Página 21.529.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei Nº. 9.712, de 20 de novembro de 1998. Altera a Lei Nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à Defesa Agropecuária. Publicado no Diário Oficial da União de 23/11/1998, Seção 1, Página 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves (Portaria nº 210 de 10 de novembro de 1998).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Portaria Nº 711, de 1º de novembro de 1995 - Normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Portaria Nº 155, de 17 de agosto de 2016 - Promove alterações na Portaria Nº 711, de 1º de novembro de 1995.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Portaria Nº 368, de 04 de setembro de 1997 - Regulamento Técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de elaboração para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Instrução Normativa nº 03, de 17 de janeiro de 2000 - Aprova o Regulamento técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue, constante do Anexo desta Instrução Normativa. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/bem-estar-animal/arquivos/arquivos-legislacao/in-03-de-2000.pdf>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Instrução Normativa nº 20 de 21 de outubro de 2016 - Estabelecidos o controle e o monitoramento de Salmonella spp. nos estabelecimentos avícolas comerciais de frangos e perus. exceto o art. 86 o qual foi revogado pelo art. 4º da Instrução Normativa nº 08, de 17 de fevereiro de 2017).Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/control-de-patogenos/arquivos-control-de-patogenos/SalmonellaIN202016Salmonella.pdf>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa nº 9, de 8 de abril de 2009: institui os procedimentos de controle de Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para o consumo. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/control-de-patogenos/arquivos-control-de-patogenos/in\\_09-\\_de\\_8\\_de\\_abril\\_de\\_2009.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/control-de-patogenos/arquivos-control-de-patogenos/in_09-_de_8_de_abril_de_2009.pdf)

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Instrução Normativa Nº. 42/99. Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal. Brasília: M.A.A., 1999. Publicado no Diário Oficial da União de 22/12/1999, Seção 1, Página 213. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/plano-de-nacional-de-control-de-residuos-e-contaminantes>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento. NORMA INTERNA SDA Nº 4/2013: Aprova o Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento de estabelecimentos registrados e relacionados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) e de

produtos de origem animal comestíveis importados. Lista de Parâmetros Físico-Químicos e Microbiológicos para Produtos de Origem Animal Comestíveis e Água de Abastecimento para carnes, leite, BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária Instrução normativa nº 76, de 26 de novembro de 2018. Regulamento técnico de identidade e qualidade de leite cru refrigerado; regulamento técnico de identidade e qualidade de leite pasteurizado; regulamento técnico de identidade e qualidade de leite pasteurizado tipo a Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/11/2018&jornal=515&pagina=9&totalArquivos=318> ( parte) e <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/11/2018&jornal=515&pagina=10&totalArquivos=318>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Instrução normativa nº 77, de 26 de novembro DE 2018. Estabelece os critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo. <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/11/2018&jornal=515&pagina=10&totalArquivos=318>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Defesa agropecuária. Instrução normativa nº 22, de 24 de novembro de 2005. Aprova o regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº 05 de 14 de fevereiro de 2017. Requisitos técnicos relativos à estrutura física, às dependências e aos equipamentos dos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Padronização dos Cortes de Carne Bovina (Portaria SIPA N.º 5 de 08 de novembro de 1988).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 46, 10 de fevereiro de 1998. Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC a ser implantado, gradativamente, nas indústrias

de produtos de origem animal sob o regime do Serviço de Inspeção Federal – SIF. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>  
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Doenças Transmitidas por Alimentos, Causas, Sintomas, Tratamento e Prevenção. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos>

BRASIL. Portaria 304/96. Distribuição e Comercialização de Carne Bovina, Suína e Bubalina. Brasília: M.A.A., 1996. Publicado no Diário Oficial da União de 23/04/1996, Seção 1. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-304-1996\\_180829.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-304-1996_180829.html)

BRASIL. Portaria Nº 1304, de 7 de agosto de 2018. Promove alterações na Portaria Nº 711, de 1º de novembro de 1995.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei 13680 de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 15.06.2018. Brasília. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei 8078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 12/09/1990, retificado em 10/01/2007. Brasília. 2007.

ovos, mel e pescado. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/analises-laboratoriais>

RIO DE JANEIRO (Município)- Decreto Nº 45585 de 27 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o regulamento administrativo do Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária e suas alterações.

RIO DE JANEIRO (Município)- Lei Complementar 197, de 24 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis\\_consulta/57630Lei%20Compl%20197\\_2018.pdf](http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/57630Lei%20Compl%20197_2018.pdf)

## INSPEÇÃO E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DE ALIMENTOS

1. Métodos para avaliação das características físico-químicas e microbiológicas de produtos de origem animal próprios para consumo: derivados lácteos, pescado, ovos, carnes e mel; 2. Parâmetros microbiológicos e físico-químicos de alimentos; 3. Metodologias para ensaios microbiológicos e físico-químicos para derivados lácteos, pescado, ovos, carnes e mel; 4. Métodos de coleta, conservação e transporte de alimentos para análises laboratoriais; 5. Regulamentos sanitários. Legislação, normas e aspectos legais aplicados à análise de alimentos.

### REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, J.M.A. Química de alimentos. 4. ed. Viçosa: UFV, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de consolidação Nº 5/17 – Título I Capítulo V Seção II, Art. 129, Anexo XX - dispõe sobre o controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº12, de 02 de Janeiro de 2001. Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.

BRASIL. DECRETO RIO Nº 45585 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 - Dispõe sobre o regulamento administrativo do Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária.

BRASIL. DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017 – dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

CECCHI, H.M., Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. Editora da Unicamp: Campinas, 2ed, 2003.

FENNEMA, O. R., DAMODARAN, S., PARKIN, K. Química de Alimentos de Fennema. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2018. FORSYTHE, S.J. Microbiologia aplicada a segurança alimentar. Trad. Maria Carolina Minardi Guimarães e Cristina Leonhardt. Porto Alegre: Artmed, 2002.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Métodos físico-químicos para análise de alimentos. 4ª Edição. 1ª Edição Digital. Coordenadores Odair Zenebon, Neus Sadocco Pascuet e Paulo Tiglea - São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. 1020 p.

JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em Serviços de Alimentação. 7ª ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2014.

### **PATOLOGIA ANIMAL**

1. Técnicas de necropsia. 2. Alterações post mortem. 3. Patologia Clínica Veterinária. 3.1 Hematologia. 3.2 Eritrograma. 3.3 Leucograma. 3.4 Exame das Plaquetas. 3.5 Coagulograma. 3.6 Exame da Medula Óssea e Leucemias. 3.7 Testes de Compatibilidade para Transfusões Sanguíneas. 4 Exame de líquidos corporais. 4.1 Urina. 4.2 Líquidos peritoneal, pleural e pericárdico. 4.3 Líquido sinovial. 4.4 Líquido cérebro-espinhal (Líquor). 5. Exames Bioquímicos (proteínograma, avaliações hepática, renal e pancreáticas exócrina e endócrina). 6. Exames Parasitológicos. 6.1.Coproparasitologia 6.2. Raspados de pele 6.3. Hemoparasitas 6.4. Citologia 6.5. Exames sorológicos. 7. Exames microbiológicos 7.1 Diagnóstico bacteriológico 7.2. Diagnóstico micológico 7.3. Exames sorológicos.

### **REFERÊNCIAS:**

McGAVIN, M. D.; ZACHARY, J. F. Bases da Patologia em Veterinária, 5a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013. (incluir autores)

COWELL, R.L. et al. Diagnóstico Citológico e Hematologia de Cães e Gatos. São Paulo: Med Vet., 2009,476p.

KANTEC. Manual de urinálise veterinária. 2 ed; Ed. Varela, 2005.

KONEMAN E. W.; ALLEN S. D.; JANDA W. M.; SCHRECKENBERGER P. C.; WIN W. C. Diagnóstico microbiológico. 5ª ed.; Ed. Medsi, 2001.

Nascimento, E.F., Santos, R.L. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003 (retirar)

ORSINI; GRANDI; CAGNINI. Necropsia Animais Domésticos, Silvestres e de Experimentação. 1ª ed; Vet School São Paulo,2019.

PAES, P.R.O; LEME, F.O.P.; CARNEIRO, R.A. Hematologia dos Animais Domésticos. BeloHorizonte: FEPMVZ, 2009, 119p.

Patologia Veterinária. 1a. ed. São Paulo: Roca, 2011. (retirar)

RASKIN, R.E.; MEYER, D.J. Citologia Clínica de Cães e Gatos. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012, 450p.

SHELLY, L. Vanden; JOYCE S. Knoll; FRANCIS, W. K. Smith Jr; LARRY P. Tilley. Exames Laboratoriais e Procedimentos Diagnósticos em cães e gatos. Editora Roca, 2013.

THRALL, M.A. Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária. Editora Roca Ltda: São Paulo, 2007, 582p.

## **CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Reconhecimento de estruturas e características dos modos de organização de textos – descrição, narração, argumentação, injunção. 1.2 Localização de informações explícitas. 1.3 Inferência de informações implícitas 1.4 Significado de vocábulos e expressões no contexto. 1.5 Uso e e função de diferentes recursos gramaticais e discursivos tendo em vista o gênero de texto e a intenção comunicativa. 2. Adequação da língua ao contexto de uso. 2.1 Redação e reescrita de frases. 2.2 Uso coloquial e escrito; informal e formal. 3. Ortografia oficial. 3.1 Acentuação gráfica. 3.2 Emprego de letras. 3.3 Emprego de hífen 4. Formação de palavras 4.1 Significado e sentido de morfemas. 5. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito. 5.1 Artigo, numeral e substantivo. 5.2 Pronomes. 5.3 Advérbio e adjetivo. 5.4 Preposição. 6. Flexão verbal. 6.1 Efeitos de sentido de tempos, modos e vozes verbais. 6.2 Concordância verbal. 7. Flexão e concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal. 8.1 Ocorrência de crase. 9. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto. 9.1 Identificação de relações lógicas estabelecidas por conectores que conferem coesão e coerência ao texto. 10. Emprego dos sinais de pontuação.

*OBS: A prova priorizará a consciência no uso da língua portuguesa escrita e, não, a nomenclatura gramatical.*

### **REFERÊNCIAS:**

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2014.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

### **LEGISLAÇÃO DO SUS**

1. Legislação. 2. Diretrizes. 3. Participação da Comunidade e Controle Social. 4. Atribuições dos três níveis de governo. 5. Ações específicas da Atenção Básica 6. Políticas intersetoriais.

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social.

Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA Nº 399/GM DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a lei Nº8080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

### **1. OFICIAL DE FARMÁCIA**

#### **I. Noções Básicas de Farmacologia**

Farmacologia: princípios gerais. Mecanismos de ação dos fármacos. Absorção, distribuição e vias de administração de fármacos. Antagonismo e sinergismo. Metabolismo e eliminação de fármacos. Fármacos anti-inflamatórios, analgésicos, antitérmicos, antieméticos. Redutores de lipídeos. Fármacos que atuam no sistema respiratório, renal, trato gastrintestinal, controle da glicemia, coração e sistema vascular. Sistema hematopoiético e tratamento da anemia. Controle da glicemia e tratamento da Diabetes Mellitus. Sistema nervoso: anestésicos gerais, analgésicos, antipsicóticos, antiepiléticos, ansiolíticos e antidepressivos. Fármacos antibacterianos e antivirais.

#### **REFERÊNCIAS:**

RANG, H.P.; DALE, M.M. Farmacologia. 7a. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

#### **II. Farmácia Hospitalar e Biossegurança**

Histórico, objetivos e funções da farmácia hospitalar. Sistemas de distribuição de medicamentos em farmácia hospitalar. Manipulação de medicamentos estéreis e não estéreis. Erros de medicação. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar. Riscos biológicos em laboratórios. Segurança química. Desinfecção e esterilização química. Equipamentos de contenção: cabines de segurança biológica. Ergonomia em laboratórios. Gerenciamento de resíduos de laboratórios. Boas práticas laboratoriais. Gestão da qualidade para laboratórios.

## **REFERÊNCIAS:**

STOPIRTIS, S. et al. Ciências farmacêuticas – farmácia clínica e atenção farmacêutica. 1ª Edição, Editora Guanabara Koogan, 2008.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro (RJ): 2ª. Edição (2ª. Reimpressão). FIOCRUZ, 2010.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº. 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em [http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC\\_222\\_2018\\_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410). Acesso em 28/07/2019.

### **III. Assistência farmacêutica comunitária na saúde pública**

Conceitos e definições. Ciclo da assistência farmacêutica (seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição). Uso racional ou apropriado de medicamentos. Farmacovigilância. Abastecimento e gerenciamento de materiais. Diretrizes de farmácias no SUS.

## **REFERÊNCIAS:**

MARIN, N. et al. (org). Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Organização Pan-Americana de Saúde, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/assistenciafarmaceutica/afgm.pdf>. Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/283.pdf>. Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p. [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=435-diretrizes-para-](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=435-diretrizes-para-)

estruturacao-farmacias-no-ambito-do-sistema-unico-saude-5&category\_slug=assistencia-farmaceutica-958&Itemid=965. Acesso em 28/07/2019.

#### **IV. Farmacotécnica**

Formas Farmacêuticas Sólidas de Administração Oral (Pós, Granulados, Cápsulas, Comprimidos e Pastilhas), Formas Farmacêuticas Líquidas de Administração Oral (Soluções, Xaropes, Suspensões e Emulsões), Formas Farmacêuticas Administradas por via Parenteral, Formas Farmacêuticas de Administração Retal, Formas Farmacêuticas de Administração Tópica (Pomadas, Pastas, Loções)

#### **REFERÊNCIAS:**

FERREIRA, A.O. Guia prático da farmácia magistral. Vol. 1 – 4ª ed. Pharmabooks, 2011.

#### **V. Legislação Sanitária**

Formas Farmacêuticas Sólidas de Administração Oral (Pós, Granulados, Cápsulas, Comprimidos e Pastilhas), Formas Farmacêuticas Líquidas de Administração Oral (Soluções, Xaropes, Suspensões e Emulsões), Formas Farmacêuticas Administradas por via Parenteral, Formas Farmacêuticas de Administração Retal, Formas Farmacêuticas de Administração Tópica (Pomadas, Pastas, Loções)

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Lei n.º 5991, de 17 de dezembro de 1973 (e suas alterações). Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm). Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 (e suas alterações). Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm). Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm). Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº. 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias (E ANEXOS). Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/res0067\\_08\\_10\\_2007.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/res0067_08_10_2007.html). Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 (E SUAS ATUALIZAÇÕES). Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html). Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 3916, de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916\\_30\\_10\\_1998.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html). Acesso em 28/07/2019.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em [http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_44\\_2009\\_COMP.pdf/2180ce5f-64bb-4062-a82f-4d9fa343c06e](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_44_2009_COMP.pdf/2180ce5f-64bb-4062-a82f-4d9fa343c06e). Acesso em 28/07/2019.

## **2. TÉCNICO DE LABORATÓRIO**

Técnicas Gerais de Laboratório: Manuseio e manutenção de agitadores, autoclave, banho – Maria, câmara de Neubauer, centrífuga, espectrofotômetro, estufas, geladeiras, lavadoras de microplacas, leitoras de microplacas, microscópio óptico, pipetas automáticas e vórtex. Preparo de soluções e diluições. Conceito de pH e tampão. Unidades utilizadas em laboratório de Análises Clínicas. Preparo utilização e aplicação dos principais corantes. Noções básicas de automação em laboratório. Biossegurança e Boas Práticas de Laboratório: EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva). Prevenção

de acidentes de laboratório. Transporte adequado de amostras e materiais infecciosos. Métodos de desinfecção e esterilização. Limpeza e desinfecção de vidrarias, bancadas e pisos. Desinfecção e esterilização da área de trabalho e materiais utilizados. Manuais de Procedimentos operacionais padrão (POP). Resíduos: manuseio, transporte e descarte. Controle da Qualidade: interno e externo, Padrões, calibradores e controles. Importância dos documentos e registros nos laboratórios clínicos. Coleta, preparo e acondicionamento de amostras: Técnicas de coleta para fezes, urina, sangue, escarro e secreções. Coleta de curva glicêmica. Coleta de materiais diversos para exames microbiológicos. Tipos de anticoagulantes utilizados. Técnicas de preparo de amostras. Conservação e transporte de amostras. Bioquímica: Realização, interpretação e valores de referência de exames bioquímicos: Carboidratos, Lipídios, proteínas, eletrólitos, função hepática, função renal e função cardíaca. Bioquímica do líquido e dos líquidos biológicos. Noções de gasometria. Hematologia/Hemostasia: Hemograma completo e seus parâmetros atuais. Índices hematimétricos e cálculos. Confeção e coloração do esfregaço sangüíneo. Hematoscopia. Reticulócitos (preparo e coloração). Provas de falcização. Hemostasia: TAP, TTPA e fibrinogênio. Imunologia: Noções básicas de imunologia (noções sobre anticorpos, antígenos, complemento e resposta imune). Princípio de provas imunológicas. Realização e interpretação de testes sorológicos: reações de precipitação, floculação, aglutinação, testes imunoenzimáticos, imunoblot e imunofluorescência. Microbiologia: Confeção e coloração de esfregaço bacteriológico (Gram e BAAR). Características morfo-tintoriais dos principais grupos de bactérias. Hemoculturas: Coleta e procedimento. Semeadura de fezes, sangue, urina e materiais diversos; isolamento e repicagem bacteriana. Identificação de bactérias de interesse médico. Teste de sensibilidade aos antimicrobianos. Parasitologia: Método direto, métodos de concentração e preparações perianais. Soluções de conservação e transporte de fezes: composição, utilização e preparo. Caracteres morfológicos dos protozoários e helmintos. Ciclo biológico das principais parasitoses de interesse médico. Urinálise: Características gerais, exame químico através de fita reagente e sedimentoscopia. Líquidos corporais: Características gerais, dosagens bioquímicas, citologia. Micologia: Coleta de amostra, colorações utilizadas no diagnóstico micológico, meios de cultura, infecções fúngicas estritamente superficiais, infecções fúngicas superficiais, infecções fúngicas subcutâneas, infecções

fúngicas sistêmicas, testes químicos e fisiológicos para diagnóstico de candidíase e dermatofitose. Auxanograma. Zimograma. Histopatologia na Infecções fúngicas.

#### **REFERÊNCIAS:**

STRASINGER, Susan King; DI LORENZO, Marjorie Schaub. Urinálise e Fluidos Corporais. 5ª edição. São Paulo: Livraria

Parasitologia Humana. 11ª edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2005. David Pereira Neves.

HENRY, J. Bernard. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais. 20ª edição. São Paulo: Editora Manole, 2008.

BURTIS, Carl A.; ASHWOOD, Edward R.; BRUNS, David E.. Fundamentos de Química Clínica e Diagnóstico Molecular. Tradução da 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016.

CARLI, Geraldo Attílio de. Parasitologia clínica - seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. 2ª edição . São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

MASTROENI, M. F. Biossegurança Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

LIMA, A. Oliveira; DOARES, J. Benjamin; GREGO, J. Métodos de Laboratório Aplicados a Clínica: Técnica e Interpretação - 8ª edição.

NEUFELD, P.M. Manual de Micologia Médica: técnicas básicas de diagnóstico - 1ª edição. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Controle de Qualidade, 1999.

MOURA, Roberto de Almeida; WADA, Carlos S.; PURCHIO, Ademar, ALMEIDA, Therezinha Verrastro de. Técnicas de Laboratório. 3ª edição. São Paulo. Editora Atheneu, 2008.

MOURA, R. A. Colheita de Material para Exames de Laboratório. São Paulo: Editora Atheneu, 1998.

BAIN, Barbara J. Células Sangüíneas - Um guia prático. 4ª edição. Porto Alegre. Editora:Armed. 2007.

CAMPBELL, June Mundy; CAMPBELL, Joe Bill. Matemática de Laboratório – Aplicações Médicas e Biológicas,. 3ª edição. São Paulo: Editora Roca, 1994.

HOFFBRAND, A.V. Fundamentos em Hematologia - 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIDRIM & ROCHA. Micologia Médica à Luz de Autores Contemporâneos. Editora: Guanabara Koogan, 2004.

### **3. TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

1. Conceito de radioatividade. Produção de raios X. Tubo de raios X. Componentes do tubo. Função dos principais componentes de um aparelho de raios X. Meios antidifusores. Fatores radiográficos. Acessórios. Filmes. Écrans. Vantagens e desvantagens dos diversos tipos de écrans. Processamento do filme manual e automático. 2. Anatomia humana. Rotina de exame radiológico das regiões: crânio, face, cavum, coluna vertebral, membros inferiores e superiores, tórax, abdome, pelve e bacia. 3. Rotina de exames contrastados. Meios de contraste. Tipos de contraste. Proteção radiológica. Manutenção do serviço de radiologia. Meios de proteção radiológica. Utilização correta do material radiológico. 4. Mamografia: definição geral, tamanhos focais, filtros, técnica de alta resolução, tipos de filmes e écrans. 5. Tomografia computadorizada: definição geral, pixel, voxel, matriz, campo, filtros, parâmetros de reconstrução, volume parcial, fator zoom, cortes, programas de cortes, janelas, armazenamento de imagens, tipos de filmes, artefatos, detectores, técnica de TC em alta resolução, técnicas de exame, câmara multiformato, dosimetria. 6. Ressonância magnética: princípios básicos, ponderações, contrastes de imagens, formação de imagens, parâmetros, sequências de pulsos, fluxo, artefatos, instrumentos e equipamentos, meios de contraste, técnica de aquisição de imagens.

#### **REFERÊNCIAS:**

BIASOLI Jr, Antônio Mendes. Técnicas Radiográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rúbio, 2016. - ISBN: 9788564956926

HOFER, Matthias. Tomografia Computadorizada - Manual Prático de Ensino. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2005.

LEE, Joseph K.T. Tomografia computadorizada do corpo em correlação com ressonância magnética. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2008. ISBN: 9788527713511

BRASIL. Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998, publicada no D.O.U. de 02/06/1998. Disponível em: [http://www.conter.gov.br/uploads/legislativo/portaria\\_453.pdf](http://www.conter.gov.br/uploads/legislativo/portaria_453.pdf). Acesso em 30 de Julho de 2019.

NETTER, Frank H. Netter - Atlas de Anatomia Humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2015. ISBN 978-8535279696.

## **CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Localização de informações explícitas. 1.2 Inferência de informações implícitas 1.3 Significado de vocábulos e expressões no contexto. 2. Adequação da língua ao contexto de uso. 2.1 Redação e reescrita de frases – encadeamento lógico. 2.2 Adequação vocabular e gramatical – uso coloquial e escrito; informal e formal. 3. Ortografia oficial. 3.1 Acentuação gráfica. 3.2 Emprego de letras. 4. Formação de palavras 4.1 Composição e derivação. 4.2 Significado e sentido de morfemas. 5. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito. 5.1 Artigo, numeral e substantivo. 5.2 Pronomes. 5.3 Advérbio e adjetivo. 5.4 Preposição. 6. Flexão verbal. 6.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 6.2 Concordância verbal. 7. Flexão e concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal. 9. Relações de sentido entre orações, frases e segmentos de texto. 9.1 Valor semântico das conjunções coordenativas. 9.2 Identificação de coesão e coerência ao texto. 10. Denotação e conotação.

*OBS: A prova priorizará a consciência no uso da língua portuguesa escrita e, não, a nomenclatura gramatical.*

### **REFERÊNCIAS:**

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2014.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

### **LEGISLAÇÃO DO SUS**

1. Legislação. 2. Diretrizes 3. Participação da Comunidade e Controle Social 4. Atribuições dos três níveis de governo. 5. Ações específicas da Atenção Básica 6. Políticas intersetoriais.

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social.

Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA Nº 399/GM DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a lei Nº8080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

### **1. AGENTE DE DOCUMENTAÇÃO MÉDICA**

Arquivos: origem, conceito, finalidade, função e classificação; política nacional de arquivos; terminologia arquivística; tipos de arquivamento; classificação dos documentos; práticas de gestão de documentos:

métodos de arquivamento; noções básicas de conservação de documentos; microfilmagem; prontuário médico; digitalização de prontuário.

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Brasília,

DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5433.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. Brasília,

DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13787.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Recomendação CFM nº 3/14. Recomendar aos profissionais médicos e instituições de tratamento médico, clínico, ambulatorial ou hospitalar no sentido de [...]. Brasília, DF: CFM, 2014. Sobre solicitação de prontuário por familiar. Disponível em: [https://portal.cfm.org.br/images/Recomendacoes/3\\_2014.pdf](https://portal.cfm.org.br/images/Recomendacoes/3_2014.pdf). Acesso em: 22 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução CFM nº 1.821/2007. Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. Brasília, DF: CFM, 2002. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2007/1821\\_2007.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2007/1821_2007.pdf). Acesso em: 25 jul. 2019.

COSTA, Marilene Fragas. Noções básicas de conservação preventiva de documentos. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2003. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas\\_conservacao\\_fio\\_cruz\\_1358966008.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf). Acesso em: 22 jul. 2019.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

## **2. AUXILIAR DE SERVIÇOS DE VETERINÁRIA**

1. Noções de anatomia de animais domésticos; 2. Cuidados e procedimentos com o paciente: 2.1. Vias de aplicação de medicamentos; 2.2. Noções de vacinação e vermifugação; 2.3. Tricotomia, assepsia e higiene do paciente; 2.4. Noções de coleta e envio de material para exames complementares; 2.5. Noções básicas de contenção física dos animais domésticos; 3. Conduta e procedimentos em centro cirúrgico; 4. Procedimentos e métodos de eutanásia em animais; 5. Noções de Biossegurança e Segurança no trabalho em serviços de saúde; 6. Noções básicas em zoonoses de interesse em saúde pública: 6.1. Agentes etiológicos; 6.2. Vias de transmissão; 6,3. Sintomatologia.

### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Curso básico de controle da infecção hospitalar-Caderno C: métodos de proteção anti-infecciosa. Brasília, 2000.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Referência técnica para o funcionamento dos serviços veterinários. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica, Secretaria de Vigilância em Saúde. 7.ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses. Normas Técnicas e operacionais. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Processamento de artigos e superfície em estabelecimentos de saúde. 2. ed. Brasília, 1994.

DYCE, K.M.; SACK, W.O.; WENSING, C. J. G. Tratado de anatomia veterinária. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 813 p.

FEITOSA, F.L.F. Semiologia veterinária – a arte do diagnóstico. 3.ed. São Paulo: Rocca, 2014. 640 p.

NR 32 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE. Portaria GM no485, de 11/11/2005 (D.O.U. 16/11/05); Portaria GM no 939, de 18/11/2008 (D.O.U. 19/11/08) e Portaria GM no 1748, de 30/08/2011 (D.O.U. 31/08/11).

RESOLUÇÃO CFMV No1000, DE 11 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências.

### **3. AUXILIAR DE LABORATÓRIO**

1. Ambiente laboratorial: organização, cuidados higiênicos; 2. Instrumental básico e vidrarias: sua limpeza e utilização; 3. Controle de microrganismos: esterilização e desinfecção, principais métodos químicos e físicos; 4. Noções básicas no manuseio e de equipamentos laboratoriais e principais cuidados; 5. Boas práticas no laboratório: equipamento de proteção individual e proteção coletiva e suas utilizações; 6. Técnicas de coleta e recebimento de diferentes amostras; 7. Preparação de amostras para os exames laboratoriais: principais recomendações e causas de erros; 8. Preparo de soluções para uso diário na bancada; 9. Doenças de interesse sanitário transmissíveis ao homem, causadas por vírus, bactérias, fungos e parasitas e seus principais meios de contaminação; 10. Técnicas laboratoriais para procedimentos em bioquímica, hematologia, parasitologia, microbiologia, micologia e urinálise.

#### **REFERÊNCIAS:**

Molinaro, Etelcia Moraes. Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios de saúde: volume 1 / Organização de Etelcia Moraes Molinaro, Luzia Fátima Gonçalves Caputo e Maria Regina Reis Amendoeira. - Rio de Janeiro: EPSJV; IOC, 2009. 290 p. disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livropoli.pdf>

MASTROENI, M. F. Biossegurança Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

LIMA, A. Oliveira; DOARES, J. Benjamin; GREGO, J. Métodos de Laboratório Aplicados a Clínica: Técnica e Interpretação - 8ª edição.

MOURA, Roberto de Almeida; WADA, Carlos S.; PURCHIO, Ademar, ALMEIDA, Therezinha Verrastro de. Técnicas de Laboratório. 3ª edição. São Paulo. Editora Atheneu, 2008.

MOURA, R. A. Colheita de Material para Exames de Laboratório. São Paulo: Editora Atheneu, 1998.

CAMPBELL, June Mundy; CAMPBELL, Joe Bill. Matemática de Laboratório – Aplicações Médicas e Biológicas,. 3ª edição. São Paulo: Editora Roca, 1994.

CARLI, Geraldo Attílio de. Parasitologia clínica - seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. 2ª edição . São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

NEUFELD, P.M. Manual de Micologia Médica: técnicas básicas de diagnóstico - 1ª edição. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Controle de Qualidade, 1999.

**Ficam mantidas as normas estabelecidas no Edital CVL/SUBSC nº 123 de 19 de junho de 2019.**